

03/2015/SETRA, publicado no DOM de 10/02/2015, resolve expedir e publicar errata, na forma que se segue: DO PRAZO DE VIGÊNCIA: ONDE SE LÊ: "O presente Convênio entrará em vigor em 01 de fevereiro de 2015 e terminará em 31 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado mediante aditivo, desde que adequando-o a Lei orçamentária em vigor, presente justificado interesse público e observado os ditames do art.57, da Lei Federal de nº 8666/93." LEIA-SE: "O presente Convênio entrará em vigor em 01 de fevereiro de 2015 e terminará em 31 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogado mediante aditivo, desde que adequando-o a Lei orçamentária em vigor, presente justificado interesse público e observado os ditames do art.57, da Lei Federal nº 8666/93." Publique-se e registre-se. Fortaleza, 11 de novembro de 2014. **Cláudio Ricardo Gomes de Lima - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – SETRA.**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 20/06/2014.** Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. O senhor Magela Lima, Secretário de Cultura e Presidente do COMPHIC, presidiu a Reunião. Este, após comprovar a existência de quórum, deu início à Reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros, conselheiras e convidados. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Debater e deliberar sobre o recurso interposto pelo Vereador João Alfredo contra o indeferimento do pedido de tombamento da Praça Portugal. A reunião tem início com o Presidente Magela dando a boas vindas a todos e conferindo os conselheiros presentes. Informa, ainda, que a mesma terá pauta única que baseados nas discussões da última reunião a presidência convidou a equipe do PAITT – Plano de Ações Imediatas em Trânsito e Transporte de Fortaleza, para apresentar o projeto que foi feito para aquela região, a Secretaria do Turismo para falar sobre as linhas gerais do projeto de requalificação da Praça Portugal, depois das explicações a palavra será aberta aos conselheiros para tirar dúvidas e fazer suas colocações. O Secretário Executivo da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, Luís Alberto Sabóia faz a abertura e explica que o que será apresentado faz parte do pacote de intervenções do binário e em seguida passa a palavra para uma das arquitetas responsável pelo projeto, Fernanda Soares, que fala sobre os estudos feitos para implantá-lo e que foi um resgate de gestões passadas para colocar 2 (duas) vias em sentido únicos, que envolve questões de circulação, a priorização do transporte coletivo, a melhoria das condições do transporte não motorizado, o aumento da segurança viária e uma melhor utilização da rede semafórica. A análise foi feita de acordo com a política nacional de mobilidade urbana. Ela relata alguns dados importantes de fluxo de veículos e de pessoas na localidade, fala sobre os sentidos da via, onde a Santos Dumont passa a ter sentido Centro-Papicu e a Dom Luis sentido Papicu-Centro e dos benefícios, que tem como um dos principais uma maior fluidez no trânsito do local com a sincronização semafórica, a melhoria no tempo do transporte público e a melhoria para o pedestre da travessia no local e na acessibilidades. Coloca que a retirada do canteiro central, que também gerou polêmicas, foi pensada para poder aumentar a via e assim auxiliar a implantar a ciclofaixa e a faixa do transporte público. A retirada das árvores foi algo acordado com o Ministério Público e sua replantação foi feita onde possível, seguindo as orientações da SEUMA e EMLURB. Ela apresentou

algumas sugestões que foram dadas ao local como implantação de túnel, etc, que foram analisadas mas que eram inviáveis. O PAITT fez os estudos do trânsito e intervenções no local, mas não projetou o local pois ficou a cargo do recurso conseguido pela SETFOR para tal fim. Em seguida tivemos a palavra do Secretário de Turismo de Fortaleza, Salmite Filho que colocou que com o debate dos binários foram ouvidas as críticas e sugestões para poder fazer o projeto conceitual tentando satisfazer os seguintes pontos: o transporte coletivo, o pedestre (que no caso do túnel dificulta a passagem para pedestre e cadeirantes), integração dos modais – ciclofaixas, buscar rememorar as diferentes fazes da Praça Portugal (que não está mais em seu aspecto original, além de sua forma como rotatória). Apresenta Fortaleza nos anos 30, 40, quando a cidade ainda era horizontal, mostra nos anos 50 (onde começa a verticalização) e os anos 2000 onde foi intensificado. Mostra as várias formas da Praça Portugal e depois a localização desta no cenário atual. Aponta cenários de praças que sofreram mudanças no exterior. Enfim, novamente expõe que a proposta prioriza o transporte coletivo e o pedestre, que há um ganho de área que é retirado dos carros para o pedestre com a construção das 4 (quatro) praças e uma maior arborização do local, que contará com pavilhão Portugal, local para contar história da Praça e do Bairro, lanchonetes, bancas, espaço infantil, bicicletário, etc. Ainda explanou que a intervenção deverá deixar tudo a um mesmo nível da via pública com a possibilidade de integração total no local e permitindo assim de fato acessibilidade a todos. O secretário Magela agradece ao Secretário Salmite e convida para uma breve apresentação o Vereador Evaldo Lima para explicar a todos como se deu o processo de votação do projeto na Câmara de Vereadores de Fortaleza e como foram as discussões e debates que lá aconteceram. O vereador Evaldo Lima afirma que as falas da equipe do PAITT e a do Secretário Salmite já explica o que foi dito também na Câmara dos Vereadores, mas que ele irá acrescentar como acontece o devido processo legislativo e como seria a sequência de atos. Explana que assim como acontece no judiciário é feita a abertura de um processo que tem uma sequência de atos e que são debatidos com contraditórios até que se chegue a aprovação ou rejeição dos projetos. O primeiro debate se deu sobre a questão da Praça Portugal ser ou não uma praça ou apenas uma rotatória. Houve audiências públicas, debates no plenário, debates nas comissões especiais, mas houve um entendimento da gestão que é sim uma praça. Para isso a legislação diz para toda mudança a ser feita em uma praça há necessidade que se tramite na Câmara um processo para tal. No caso da Praça Portugal esse processo teve seu início no dia 20 (vinte) de maio de 2014, onde houve uma audiência pública solicitada pela bancada do PROS sobre a questão da mobilidade urbana onde foram convidados a participar, SINDIÔNIBUS, SINDITAXI, Consulado Português, CDL, FIEC, todas as representações de shopping centers, associações de lojistas daquela região, enfim um debate onde o Secretário Salmite apresentou o projeto da Praça Portugal. Foi a partir deste momento que se teve o início do processo na Câmara. No dia 21 (vinte e um) de maio 2014, o assunto foi colocado para discussão no plenário da casa, em regime de urgência e no mesmo dia ela foi encaminhada para uma Comissão Especial, que devido a sua especificidade era composta por membros de várias outras comissões (direitos humanos, justiça e cidadania, dentre outras), que se somaram em 9 membros e que se reuniram pela primeira vez neste mesmo dia. Essa reunião foi presidida pelo vereador João Alfredo e que tinha pauta única que era para escolher o presidente, vice-presidente e o presidente dessa matéria deveria indicar o relator para esse processo. Foram eleitos o vereador Márcio Cruz para presidente, o vereador Guilherme Sampaio para vice-presidente e o presidente eleito escolheu o vereador Didi Mangueira para ser o relator do processo. No dia 25 (vinte e cinco) de maio de 2014, o vereador Didi Mangueira apresentou o parecer, cujo tema durante os dias anteriores foi bastante discutido na cidade e na Câmara. O relatório foi aprovado dentro da comissão por 7 votos a favor e 2 votos contra e voltou para o plenário. No dia 02 (dois) de junho de 2014, teve início a tramitação deste,

no plenário, onde foram apresentadas 4 emendas (de autorias do Ver. João Alfredo, do Ver. Guilherme Sampaio, do Ver. Carlos Mesquita e da Ver. Magali Marques). Com isso o projeto volta a comissão especial e mais uma vez teve reunião, no dia 04 (quatro) de junho de 2014 onde foi estabelecido, depois de intensa discussão que das 04 (quatro) emendas aquela apresentada pela Ver. Magali Marques, cuja roposta era que se preservasse a memória portuguesa na Praça Portugal requalificada. No dia 05 (cinco) de junho de 2014, essas emendas foram ao plenário e por ampla maioria, 30 (trinta) votos a favor e 7 (sete) contra, a matéria foi aprovada no seu texto final. Com isso, fechou-se o ciclo de tramitação na Câmara tudo conforme a legalidade. O Vereador Evaldo Lima agradece e encerra sua fala. O secretário Magela retoma a palavra e pede a todos para se atentarem ao art. 9, § 3º do Regimento Interno do COMPHIC que destaca a presença de convidados e a questão da faculdade da voz. O conselheiro ouvinte João Paulo Vieira pede a palavra e fala dos 2 (dois) processos que deram entrada e foram protocolados nesta secretaria. Relembra que reunião passada foi discutido sobre a polêmica de quem deveria dar em última instância o indeferimento de um processo de tombamento. Na ocasião a presidência afirmou que seria de competência da Coordenação do Patrimônio. Mas infelizmente a legislação do patrimônio é omissa ao fluxograma que deve proceder sobre os processo de tombamento e isso já foi motivo de discussão em reunião realizada em maio de 2013. Nessa reunião se propôs a formação de um grupo de trabalho para materializar o fluxograma que seria utilizado para os processos de tombamento. No entanto, a SECULTFOR indeferiu a solicitação de tombamento sem passar pelo conselho e que não está previsto na lei de patrimônio. Também apresenta um fluxograma montado anteriormente. Coloca que o processo não está acontecendo da forma que deveria ser e que fere a autonomia do Conselho. A palavra é passada ao conselheiro Augusto que coloca que a preservação do patrimônio está sendo colocada de lado pela atual gestão. Afirma que está cansando de discutir idéias, animações, estudos que nem podem ser chamados de estudos preliminar. Diz que tem que ter responsabilidade para fazer intervenções e o que foi apresentado pelo Secretário Salmito não é um projeto, para os especialistas no ramo (arquitetos). Diz que em Fortaleza tem sido feitas várias intervenções a partir de ideias e que não se sabe nem como se faz orçamento só com ideias, que a Prefeitura deveria ter um Instituto de Planejamento com prerrogativas de secretaria e que tivesse um corpo técnico estruturado e pensando na cidade e no seu cotidiano, não a mercer de ideias elaboradas a partir de interesses particulares pontuais e particulares dessa cidade. Afirma achar um absurdo o que foi colocado pelo Ver. Evaldo quanto ao questionamento da Praça Portugal ser ou não uma praça. Quanto a pauta do dia pede que seja imediatamente colocada a questão do recurso do Ver. João Alfredo e já coloca que está a favor do mesmo. Ainda coloca que não entende que a Câmara de Vereadores tenha a capacidade técnica para discutir e compreensão da relevância deste conselho. O Ver. Elpídio pede para a presidência, levar em consideração o art. 10, do regimento interno, que aborda a questão da ordem dos trabalhos que coloca como deve-se agir e lembra que na reunião anterior muito foram falados e defendidos os pontos de vistas sobre a permanência ou não da praça que durou por mais de 2 (duas) horas. O professor Altemar parabeneza a todos os presentes e ressalta a presença de conselheiros que não estavam participando do Conselho, mostrando assim a importância do COMPHIC para a cidade e colocando ainda a presença da PGM, que além de não estar presente na reuniões passadas ainda apresentaram pareceres como no caso do Náutico e outros como se não existisse uma legislação sobre patrimônio. Coloca que o conselho foi mantido pela sociedade civil, pois o setor público era ausente e ressalta o trabalho da CPHC que precisa de apoio da Prefeitura. Mostra que sempre que existe um problema relacionado com o polígono que envolve a Beira Mar e a área que envolve a Aldeota sempre causa discussões. Relata que todos os projetos apresentados até agora abordam os carros, o transito, os shoppings, etc; mas nenhum apresenta a história da praça ou faz referência a

esta. No caso do processo da Câmara concorda com o Ver. Evaldo, mas lamenta a sociedade civil não ter sido convidada e nem o COMPHIC. Ressalta que assim como a Câmara e a PGM, demais órgãos como a SEUMA e outros, também, ignoram a presença da CPHC e do COMPHIC em assuntos ligados ao patrimônio. Espera que a partir desta reunião, onde estavam presentes todos os órgãos que compõe o conselho, este não seja mais esquecido. Questiona a falta de projetos que pensem nas pessoas e isso poderá trazer problemas no futuro. Questiona se o que querem fazer na Praça Portugal realmente trará resultado. Sugere a utilização de semáforos inteligentes para os carros que chegam pela Av. Des. Moreira e Av. Dom Luis, sem retirar a praça. Coloca que como historiador é contra o projeto da Praça e que deve-se pensar em novas alternativas. Dr. Vitor Studart pede a palavra e coloca que o conselheiro-ouvinte João Paulo Vieira o faltou com a verdade, chamando-o de moleque e dizendo que o trabalho do mesmo seria desonesto. Ressalta que seu trabalho é sério e pede aos demais advogados presentes deem um nota de repúdio, pois se sentiu prejudicado em sua atuação. O secretário Magela tenta seguir a pauta mas é interrompido pelo senhor João Paulo pedindo direito de resposta ao que foi falado pelo Dr. Vitor e afirma que falou que o ocorrido se deu pelo fato do referido advogado ter sido desonesto ao pedir para entregar um material diferente do que o que foi apresentado em outra reunião passada do COMPHIC e quando pediu para abrir o arquivo, este não quis abrir e então disse que isso era coisa de moleque. Diz que não queria ofender, mas continuou questionando porque ele não quis abrir que ele mesmo tinha feito em outro momento. O professor Altemar pede para que todos tenham mais calma e que tentem chegar a um acordo. O Ver. João Alfredo pede para apresentar seu recurso e o secretário Magela coloca que assim que cessarem as falas dos conselheiros isso será feito, pois entende que esse é um assunto que merece discussão e que está deixando todos a vontade para fazerem suas colocações para que depois não possam dizer que a presidência se omitiu. Em seguida a Professora Ivone explana que percebe a importância da criação da lei do patrimônio e do COMPHIC, pois são assuntos como o que está em pauta que faz este conselho se reafirmar e coloca também a importância da presença de todas as entidades como neste dia para debater sobre o patrimônio. Coloca que a SECULTFOR é responsável pela política de patrimônio e deve se impor nas suas políticas e propostas, pois não existe uma educação patrimonial entre os funcionários que lidam com as questões da cidade, como por exemplo a SEUMA que aprova projeto de todo jeito sem se preocupar com a questão de memória da cidade. Coloca que a história, a memória não é só uma casa velha, mas é uma construção do dia a dia, do cotidiano, no presente. O que se vê é uma cidade cheia de prédios com o trânsito complicado, onde não se respeitam as calçadas, pois só possuem 1 (um) metro; as escolas compram terrenos para construir grande quantidade de salas, mas não colocam recuo para as áreas de embarque e desembarque; enfim, mesmo sem ser da área de patrimônio esses fatos devem ser considerados pois afetam outros. Os técnicos que aprovam esses projetos deveriam se atentar para essas questões, exigir o recuo e a liberação das calçadas para os transeunte. Quanto a questão do patrimônio, diz que a Praça Portugal é só mais um dentre vários problemas que estão acontecendo. Não concorda com a colocação que questiona o local como sendo praça ou não. Fala que são as pessoas que fazem a memória e que se o problema é o acesso das pessoas à praça, pois que se parem os carros para as pessoas passarem. Coloca, ainda, que deveriam colocar os turistas para andar, se há uma pretensão de turismo, no lugar de poldar as árvores para os ônibus passarem, pois turista gosta de andar para conhecer a cidade. Hoje a Praça Portugal é mais do que uma briga por um pedaço de chão, ela é uma necessidade de afirmar uma política de respeito a cidade e por isso convoca todos a lutarem por isso. Não concorda com a política da nova gestão de fazer tudo atropelado sem conversar com as pessoas, como aconteceu no caso do Parque do Cocó, pois deveria haver essa conversa para se pensar em projetos de longo prazos que as gestões futuras se comprometessem em continuar os projetos iniciados.

É bom que se registre o que está acontecendo para que isso vire memória da cidade, pois quando assumiu o patrimônio em 2005, haviam 8 áreas tombadas, e então abriu-se discussões com a sociedade, foi estimulado que as pessoas solicitassem abertura de processos de tombamento, de maneira que cresceu tanto que não conseguiu dar conta e então foi estruturado algo em defesa do patrimônio. O secretário Magela agradece a fala da profª. Ivone e coloca que ainda tem mais 2 (duas) inscrições para falarem, mas como secretário afirma que é muito cômodo a postura de sair de uma gestão e falar o que quiser da gestão seguinte. Ressalta que tem um grande respeito pela mesma, mas que a briga da secretaria pelo patrimônio, tem sido constante e que essa secretaria não tem sido omissa. Ninguém falou em retirar a praça para colocação de outro monumento, pelo contrário, desde o primeiro dia, tem-se buscado uma defesa de que a função praça continue ali. Foi defendido que o Campo do América permanecesse ali para a comunidade, defenderam que o Mercado da Aerolândia fosse reestruturado e voltasse a atender aquela comunidade e isso são obras que já foram entregues ou estão em andamento. E ninguém no Conselho ousou a defender o Campo do América. Em resumo, diz que a SECULTFOR não está se omitindo as questões do patrimônio, pelo contrário está defendendo o patrimônio da cidade. Em seguida, tem a palavra o Secretário Salmite Filho que diz estar muito feliz em ver o Conselho funcionando e ver a presença da sociedade civil mesmo tendo convergências e divergências e que isso tem um valor extraordinário que é trabalhar a participação da sociedade civil na gestão pública não só em Fortaleza, mas no Ceará e no Brasil. Fica feliz em ver as universidades presentes que pode dar uma opinião do ponto de vista técnico e político. Está falando isso porque quando o conselheiro Augusto colocou que não havia um projeto técnico conceitual, no strito sendo técnico urbanista, ele tem razão, mas no latu senso em seu sentido mais amplo o projeto apresentado é projeto sim. Essa percepção foi colocado para se fazer o melhor debate possível, respeitando todas as opiniões e todas as divergências. Disse ainda que não se pode deslegitimar o parlamento (composto por uma pluralidade de partidos) por um técnico achar que não existe técnicos com competência suficiente para avaliar tal assunto, que deveria então se fazer um debate. Cita Decarte, quando diz que ia pra cima na idade média e que isso hoje deve ser combatido. A palavra é passada ao senhor Luis Antonio da AGB que reforça a fala do Prof. Altemar ressaltando a importância do Conselho e das entidades que antes não se faziam presentes, mas aproveitando que hoje estão todas reunidas e pede que estejam em outros debates pois se precisa muito dos conselheiros para decidir sobre outros assuntos importantes da cidade. Coloca que o novo projeto prioriza a sincronização de semáforos, ou seja, o tráfego de carros e não as pessoas. As pessoas serão colocadas para os cantos e esses cantos das praças serão ocupados por equipamentos, sem deixar espaço para as pessoas. A geografia se preocupa sobre como as pessoas poderão ocupar aquele espaço, como os turistas poderão melhor usufruir do espaço. A Praça do Ferreira foi usada no período ditatorial e seus espaços também e com isso sua forma mudou e foi demandado tempo para fazer ela voltar a seu formato anterior. No caso da Praça Portugal tem que ser debatido, saber o que será garantido, enfim, para não acontecer da mesma forma, o assunto deve ser debatido com a sociedade civil e com esse corpo qualificado que quer esse reconhecimento por ainda não terem sido ouvidos. O Fábio da SECULT tem a palavra e fala que sobre a Praça Portugal, especificamente, tem uma situação atual e uma situação proposta que é preciso analisar com profundidade e não se deixar levar somente por uma tendência política. Diz que sua análise é imparcial pode não ser certa, mas é consciente. Levanta a questão sobre quem pode garantir que a situação atual é mais humanizada que a situação proposta. Não ver a praça como está, como sendo um ambiente humanizado, pelo contrário a vê como um espaço isolado naquele contexto, onde faz parte de um giratório. É verdade que existem jovens que frequentam no fim de semana, mas muitos nunca colocaram os pés naquela praça. É preciso analisar melhor, pois acredita que com a nova proposta a praça será

mais humanizada, desde os frequentadores dos shoppings como as demais pessoas que terão acesso mais fácil e seguro ao local. Às vezes é preciso destruir e reconstruir para tornar o ambiente mais humanizado. Um segundo aspecto levantado por ele, que não o convenceu ainda, é a questão do real valor que a praça possa ter no campo arquitetônico, no campo histórico e no valor afetivo para justificar seu tombamento. Isso a difere de outras praças como a Praça dos Leões, o Passeio Público que têm história, pois já a Praça Portugal já foi demolida 3 vezes e que o mesmo já fez um projeto de iluminação para esta praça da forma que quis juntamente com a Maria Clara, pois os postes encontravam-se no chão. O que tem ali é um círculo sem nada e o que tem pode ser transferido para uma das extremidades da nova praça. Deixa claro que não é filiado a nenhum partido, que sua análise é consciente. Deve-se fazer política quando o governo faz uma coisa errada e é pra isso que a oposição serve e ganha o respaldo da população, mas quando se faz política sobre uma coisa que está certa, ela somente se desgasta. As pessoas estão satisfeitas com o que foi feito na Dom Luis e então a oposição indo contra somente irá se desgastar, irá se tornar vazio. Com certeza a prefeitura deve ter coisas erradas e é nesses pontos que a oposição deve ir contra e não em assuntos que a população aprova. Pra encerrar, fala da questão da mobilidade urbana que serve não só para os veículos, mas também para os pedestres que deve melhorar. A parte de pedestre deve ser levada em consideração pois com a pista mais larga fica difícil para o mesmo atravessá-la, mas também acredita que por ainda não ter finalizado todo o processo que isso ainda possa ser resolvido. O secretário Magela passa a palavra para o Ver. João Alfredo para que possa ler o seu recurso. Este inicia cumprimentando a todos e pedindo desculpas ao Ver. Evaldo Lima por tê-lo interrompido durante sua fala, mas coloca que a primeira audiência pública que foi debatida sobre o tema em questão não era uma audiência pública para debater a Praça Portugal e sim para debater sobre a mobilidade e que as 11h30min do mesmo dia é que recebeu o convite desta audiência. E era uma audiência que iria acontecer só na Câmara. Depois é que houve outra audiência pública, requerida pelo Ver. Iran e que essa teve um debate com os 2 (dois) lados da questão. Fica feliz quando o vereador licenciado Salmite Filho coloca que o debate deve ser feito com a sociedade civil, mas é preciso dizer que essa reunião só está acontecendo em função deste recurso, pois na verdade já foi colocado ao secretário Magela que a primeira vez que esta secretaria se pronunciou sobre o seu pedido já foi devolvendo uma negativa sem passar por este conselho e só a submeteu a este em razão do recurso. Ainda coloca que em nenhum momento foi tratado o pedido de tombamento pela sociedade civil, representada pela pessoa da senhora Érica, com mais de 3.000 (três mil) assinaturas e que não aludido em nenhuma reunião e nem nessa que acontece. Um terceiro aspectos que levanta é que esta reunião não está pedindo o tombamento da Praça Portugal e sim para que seja aberto o procedimento para se debater o mérito desta e que isto seria um deletério para este conselho nem sequer permitir a abertura desse processo. Coloca que acha estranho se discutir no COMPHIC a questão da mobilidade com a equipe do PAITT, visto que isso é um conselho de patrimônio. Coloca que seu mestrado foi em direito ambiental e não urbanístico, mas que estuda o assunto por ter muito interesse e questiona quem fez um estudo sobre o engarrafamento que se tem no trânsito local, pois estão sendo feitos várias intervenções no local e que não se sabe o impacto que isso terá no futuro. Aos que ainda não entenderam se a Praça Portugal é ou não uma praça, o mesmo apresentou 2 publicações que a mesma de encontra, como nos livros: As Praças Brasileiras e Artes Públicas. Diz que vai ler o recurso que apresentou contra o secretário e o diretor de patrimônio que negaram ao pedido ao tombamento e o recurso pede que seja apreciado pelo trâmite normal do processo. Ele começa a ler e ressalta que esse recurso é para que seja aceito a abertura do processo de tombamento. Assim continua a leitura. Conclui pedindo que o Conselho acate o pedido de abertura do processo, para que se faça os estudos necessários sobre o local e que depois deverá voltar a este

conselho para sua decisão final quanto ao tombamento. O secretário agradece ao Ver. João Alfredo, fala que tem 2 inscrições e pergunta se pode apresentar a resposta da Secretaria antes das discussões terem início e é atendido. Sendo assim, o Dr. Vitor Studart, advogado e coordenador do jurídico da SECULTFOR faz a leitura da resposta apresentada por esta secretaria e pede que todos visualizem o texto que foi entregue a todos os conselheiros que tem o fluxo do processo de tombamento. O mesmo continua a leitura até sua conclusão. Em seguida, o conselheiro Altemar afirma que sempre os pareceres da CPHC passam para o COMPHIC até mesmo por email para que seja lido pelos conselheiros e como este não teve este trâmite, o mesmo pede vistas ao processo. O próximo a falar é o Ver. Elpídio que diz que vai se prender aos 3 minutos de fala que o regimento interno coloca e assim ressalta que quando o Ver. João Alfredo fala sobre a praça, parece que o que se vai fazer é implodir a mesma e não se fala em nenhum momento sobre a reforma que seria feita. Quanto ao debate se é ou não um praça, diz que o mesmo já terminou há muito tempo. Ressalta também a fala da Profa. Ivone quando a mesma relata que o poder público deve dar melhores condições para as pessoas nas praças e quando estava pesquisando sobre a Praça Portugal encontrou no livro da professora Angela Barbeau onde tem um depoimento da ex-prefeita Luiziane que diz "Praças são lugares de encontro por excelência. Espaços urbanos essencialmente democráticos que acolhe a todos e a todas sem distinção, aproximando os mais diversos grupos sociais habitantes de uma mesma cidade. São locais de lazer, contemplação, de passeio e de fortalecimento das relações sociais, afetos e trocas simbólicas. Não a toa portanto, a Prefeitura de Fortaleza vem cuidando das praças e suas extensões....etc..." Então, ele (Ver. Elpídio) concorda com o que foi falado e por morar ali perto, observa que a praça não é usada por todos e sim por um grupo que se arrisca numa sexta-feira a noite ou sábado. As pessoas não usam porque não tem acesso. No novo modelo da praça se permite tudo que se preconiza de uma praça: passeio, contemplação, acesso da comunidade, etc. Em seguida ele coloca que está substituindo outro companheiro mas fará sempre o possível para vir a todas as reuniões. Assim solicita a presença de todos, porém sabe que nem sempre todos poderão participar de tudo, que tem os que sempre estão presentes, mas que é evidente que quando tem um assunto de interesse de todos, no caso de uma parte importante da cidade, é claro que todos estarão presentes. E que não se falou só de mobilidade urbana, mas ninguém comentou que a convivência entre as pessoas iriam melhorar, que as áreas de praça seriam aumentadas, com isso, em virtude disso, não acha que se deva começar uma discussão se isso é "preto ou branco" agora e acha que deveria ser votado logo sobre o indeferimento ou não desse processo. O professor Euler agradece por ter sido atendido em sua solicitação de visualizar os 2 (dois) pontos de vista sobre a praça e fala que a cidade tem sim problemas de mobilidade. Sabe que aumentar as vias não resolve só esse problema. Que hoje já estão até se reunindo de forma virtual, mas se facilitar o trânsito será ótimo para cidade. Em outro momento também houve uma mobilização como esta, que foi na Parangaba. Mas os técnicos devem observar na síntese que há outras possibilidade de se manter aquele marco. Há um significado nas pessoas que habitam aquela praça. Então alerta aos demais que tomar a praça não vai estragar o projeto de mobilidade, mas sim forçar a ver outras opções, como diminuir o raio ou outras formas. A palavra volta ao Secretário Magela, que ressalta que tem um pedido de vistas ao processo e que cabe ao Conselho votar o pedido formal. O Secretário Salmite se pronuncia dizendo que acha que não deveria ser aceito o pedido de vista do Prof. Altemar, visto que este já tinha emitido seu voto, ou seja, já tinha opinião formada sobre o assunto, não precisando deste trâmite, por mais que seja regimental. A professora Clélia também pede vistas ao processo para poder estudar melhor sobre a matéria. O professor Altemar ressalta que a vista será dada ao conselheiro que primeiro pediu vistas ao processo. Sendo assim é colocado em votação: 1. SECULTFOR - CPHC - Alênio Noronha - Não - 2) SEUMA - Socorro Lima - Sim - 3) SETFOR -

Salmite Filho - Para a professora Sim para o Altemar Muniz - Não - 4) SECULT - Fábio Oliveira - Não - 5) SETUR - Socorro Câmara - Não - 6) CMF - Elpídio Nogueira - Sim - 7) PGM - Miguel Hissa - Não - 8) UFC - Prof. Ivone Cordeiro - Sim - 9) UECE - Prof. Altemar Muniz - Sim -10) UNIFOR - Prof. Euler Muniz - Não - 11) IPHAN - Ramiro Telles - Sim - 12) IAB - Augusto Paiva - Sim - 13) Instituto Histórico - Clélia Lustosa - Sim - 14) AGB - Luis Antonio - Sim - 15) ANPUH - Francisco Damasceno - Sim - 16) OAB - Bruno Amorim - Sim - Com isso, com 10 votos SIM e 6 votos NÃO, a presidência acata o pedido de vistas e conclui a reunião. ENCAMINHAMENTOS: 1 - Encaminhar para Prof. Altemar o processo da Praça Portugal, visto que o mesmo solicitou vistas a este. Nada mais havendo a tratar, o senhor Magela Lima agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e cinquenta e oito minutos e eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 20 de Junho de 2014. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHIC - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. Alênio Carlos Noronha Alencar - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Ivone Cordeiro Barbosa - MEMBRO TITULAR DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Euler Sobreira Muniz - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Socorro Lima - MEMBRO SUPLENTE DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. José Ramiro Teles Beserra - MEMBRO TITULAR DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Elpídio Nogueira Moreira - MEMBRO SUPLENTE DO CMF - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Miguel Rocha Nasser Hissa - MEMBRO TITULAR DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Augusto César Chagas Paiva - MEMBRO TITULAR DO IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - SECÇÃO CEARÁ. Luiz Antônio Araújo Gonçalves - MEMBRO SUPLENTE DA AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL - SECÇÃO CEARÁ. Francisco José Gomes Damasceno - MEMBRO SUPLENTE DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Pedro Bruno Amorim - MEMBRO TITULAR DA OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO CEARÁ. Francisco Fábio Oliveira Souza - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. João Salmite Filho - MEMBRO SUPLENTE DA SETFOR - SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA.**

\*\*\* \*\*

**ATA DA 49ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE FORTALEZA - COMPHIC - 02/04/2013** - Aos dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, às nove horas e quinze minutos, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Figueiras, nº. 04, Centro, Fortaleza/Ceará, teve início a 49ª Reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC - da cidade de Fortaleza, com presença das senhoras e dos senhores, conselheiras e conselheiros: Francisco Geraldo de Magela Lima Filho, Secretário de Cultura de Fortaleza e Presidente do COMPHIC; Alênio Carlos Noronha Alencar, Coordenador da CPHC - Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza; Prof. Romeu Duarte Júnior, Suplente da Universidade Federal do Ceará (UFC); Maria do Socorro Araújo Câmara, Suplente da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR); Augusto César Chagas Paiva, Titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Carolina Maria Campos de Saboya, Titular da Ordem dos Advogados do Brasil - (OAB-CE); Fran-